

Segundo turno põe em risco conquistas da esquerda

Wilson Pedrosa — 4/285

Tudo que foi aprovado no primeiro turno da votação no plenário da Constituinte pode ser objeto de emendas supressivas durante o segundo turno. Todas as brigas se repetirão, embora o peso da aprovação em primeiro turno torne mais remotas as possibilidades de reviravolta. O *Centrão*, ala conservadora do plenário, e o *Grupo dos 32*, poder moderador da asa da Comissão de Sistematização, vão atuar no segundo turno unidos pelo objetivo de expurgar do texto da nova Constituição os pontos polêmicos que as esquerdas conseguiram aprovar no primeiro turno.

Em Brasília, os deputados Paes Landim (PFL-PI), José Lins (PFL-CE) e Bonifácio de Andrada (PDS-MG) fizeram a lista de alvos que as emendas do *Centrão* deverão derrubar: limitação dos juros bancários em 12% ao ano; nacionalização da mineração; direito de voto a partir dos 16 anos; jornada de seis horas para trabalho em turnos sucessivos; licença-paternidade (oito dias de licença para

o pai no nascimento de seus filhos); e manutenção da licença-maternidade de 90 dias, em vez de 120, como foi aprovado.

De Curitiba, o senador José Richa (PMDB-PR), ao anunciar o ressurgimento do *Grupo dos 32*, estabeleceu dois pontos de convergência, em questões prioritárias, com as emendas supressivas em preparo no *Centrão*: tabelamento de juros e nacionalização da atividade mineradora. O deputado Israel Pinheiro Filho (PMDB-MG) acrescentou licença-paternidade, licença maternidade e turno de seis horas.

Nos dois grupos, até a linguagem prenuncia ação convergente no segundo turno, que poderá até dispensar a aliança formal no plenário da Constituinte. Para o senador José Richa, trata-se de expurgar da futura Constituição o "excesso de emocionalismo"; para o deputado Paes Landim é preciso baixar "a taxa de loucura e de incongruências".

Richa diz que 32 ainda agem

José Varella — 2/5/88

CURITIBA — O senador José Richa (PMDB-PR), um dos líderes do *Grupo dos 32* na Constituinte, disse que ele e seus companheiros continuarão influenciando nas decisões do segundo turno, através da apresentação de emendas supressivas para derrubar itens polêmicos, como o tabelamento dos juros bancários — "Foi como tentar revogar a lei da gravidade, um absurdo" — e a nacionalização da exploração mineral.

"O *Grupo dos 32* não se desorganizou. Ele simplesmente se enquadrou na nova sistemática das discussões da Constituinte, após a organização do *Centrão*. De um lado ficou o *Centrão* e de outro os que seguiram a liderança do senador Mário Covas", explicou Richa. "Outros grupos, como o *Centrinho* e o *Grupo de Consenso*, também se enquadraram."

O senador lembrou que as lideranças do *Grupo dos 32* participaram das reuniões de todos os partidos, em busca de acordo nos trabalhos da Constituinte. "Dessa forma, eu, a Sandra Cavalcanti, o José Serra ou Francisco Dornelles, sempre estivemos presentes e em nome dos 32", explicou o senador.

Tarefa difícil — Richa acredita que será mais difícil mudar através de emendas supressivas, que foi aprovado no primeiro turno, mesmo com esforço concentrado de lideranças e grupos. "Depois de tantos meses de discussão e debate, a idéia que se tem é de que os temas foram exaustivamente analisados. Para modificar alguma coisa, a emenda supressiva precisa de 280 votos a favor e será muito mais complicado", analisou.

Para Richa, na reforma agrária, por exemplo, é provável que se apresente emenda para eliminar o artigo sobre a propriedade produtiva, que não poderá ser desapropriada. "O assunto, então, passará para a legislação ordinária", previu.

Na nacionalização dos minerais, Richa disse que houve "excesso de emocionalismo" durante a votação, o que acabou contribuindo para o fim do acordo que havia entre as lideranças do *Centrão* e o líder do PMDB, Senador Mário Covas.

Richa acredita que seis ou sete itens polêmicos poderão ser modificados no segundo turno, mas não quis citar nenhum além da exploração mineral, do tabelamento dos juros e do artigo sobre a propriedade produtiva. — "Vamos evitar polêmica antes da hora", justificou.

Acordo — Animado com a volta do chamado *Grupo dos 32* no segundo turno da Constituinte, o deputado Israel Pinheiro Filho (PMDB-MG) afirmou que "só falta costurar o acordo", já que as emendas supressivas começaram a ser



Sandra: sempre presente

elaboradas. O grupo, criado durante o trabalho das subcomissões temáticas da Constituinte e que chegou a ter 200 parlamentares, segundo Israel, era liderado pelos senadores José Richa, Virgílio Távora (PDS-CE) e pela deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), e teve papel importante na definição de pontos de consenso para o projeto da Comissão de Sistematização.

O *Grupo dos 32*, que deverá iniciar a nova etapa de negociações em uma semana, assumirá tarefa mais complicada do que quando surgiu, reconhece Israel, concordando com Richa. "Mudar o que já foi aprovado é muito difícil porque já existe um fato político, que desperta expectativas", explicou o parlamentar. Mas ele ressaltou que "o grupo renasce com espírito mineiro, pois tem as virtudes da conciliação e do realismo."

Israel citou como exemplos de itens que deverão ser modificados, além dos já enunciados por Richa, a licença-paternidade, os 120 dias de licença-maternidade e o turno ininterrupto de seis horas de trabalho. Em sua opinião, a Constituinte deveria traçar linhas básicas das leis do país, e não entrar em detalhes que caberiam à legislação ordinária.

"Os constituintes estão votando, influenciados pela situação econômica e política," observou. Para Israel, a aprovação do tabelamento dos juros bancários prova isso. "Eu fiquei louco para votar a favor do tabelamento dos juros, movido pela minha emoção. Mas na hora me contive porque conter os juros bancários faz parte da política de governo e não deve ser estipulado na Constituição. Aliás, a principal característica dos parlamentares *Grupo dos 32* é subordinar a emoção à razão", afirmou.

'Centrão' elege itens a suprimir

BRASÍLIA — Embora o grupo conservador da Constituinte só deva começar a analisar os pontos que pretende modificar após a votação do mandato do presidente José Sarney, os deputados Paes Landim (PFL-PI), José Lins (PFL-CE) e Bonifácio de Andrada (PDS-MG) dedicaram-se ao levantamento dos itens que consideram polêmicos.

Há outra dúvida no *Centrão* no segundo turno, poderão ser apresentadas emendas modificativas, além das supressivas? O deputado José Lins defende nova reforma do regimento, para que os constituintes possam apresentar emendas que alterem a redação de artigos. O deputado Paes Landim adverte: "Se fizermos isso, correremos o risco de aumentar a taxa de loucura e de incongruências na Constituição".

Gorbachev — O deputado Paes Landim, após contatos com empresários em São Paulo, adiantou que o *Centrão* pretende remeter para a lei ordinária a licença-paternidade e diminuir de 120 para 90 dias a licença-maternidade. Citou até uma declaração do secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética, Mikhail Gorbachev, para quem a mulher deve dedicar mais atenção ao lar.

Segundo o deputado, a diminuição da licença-maternidade não entra em choque com a fala de Gorbachev "porque, neste instante, no Brasil, que é uma sociedade de investimento, precisamos mais da presença da mulher no mercado de

trabalho." E acrescentou: "No século XXI poderemos, talvez, voltar ao velho ideal da maior presença da mulher no lar, criando os cidadãos de amanhã". Landim não sabe, entretanto, se o *Centrão* aceitará defender a redução da licença-maternidade em plenário. "Eu vou defender", prometeu.

Tributos — O novo sistema tributário, que transferiu receitas da União para os estados e municípios, será outro tema delicado para o *Centrão*. Landim reconheceu que os constituintes de seu grupo ficaram atrelados às propostas dos deputados José Serra (PMDB-SP) e Francisco Dornelles (PFL-RJ), e acabaram ajudando a aprovar o que desconheciam.

"A Federação saiu fortalecida?", perguntou. "Num primeiro instante, os estados mais pobres poderão ficar eufóricos mas, a médio prazo, haverá transferência de renda para os estados mais ricos. Confiamos demais em tecnocratas do Sul, que são extremamente competentes."

22/11/83



Lins: mudar regimento

Mas o *Centrão* ficou acomodado nessa discussão".

Mineração — Landim acusou a esquerda de ter ido mais longe do que desejava o Conselho de Segurança Nacional, na nacionalização da mineração. Disse que os militares desejavam apenas a nacionalização dos minérios considerados estratégicos, cuja extração deveria ser autorizada e controlada pelo Conselho de Defesa Nacional, que substituirá o Conselho de Segurança Nacional.

"No entanto", admitiu Landim, "a esquerda foi mais inteligente do que nós ao apregoar que os militares queriam a nacionalização de toda a mineração. E conseguiu ganhar".

O constituinte piauiense reconheceu que a definição de empresa nacional saiu como o Conselho de Segurança Nacional desejava, embora o chefe do Gabinete Militar, general Bayma Denis, que é também secretário-geral do Conselho, tivesse dito que não se pronunciaria sobre o assunto.

Empresa nacional — Pelo que foi aprovado, empresa nacional é aquela que tem não apenas o controle acionário e de votos, mas também o comando da tecnologia e de sua aplicação em mãos de brasileiros. Landim disse que essa definição dificilmente será modificada, mas considerou seu texto confuso. "Nem os advogados estão entendendo direito o que é essa questão de controle tecnológico."

A criação de imposto sobre grandes fortunas e a taxação mais pesada sobre as heranças foi questionada por Landim: "Esses novos impostos não vão aumentar o autoritarismo da Receita Federal? Serra, Dornelles e



Bonifácio: levantamento

César Maia são as pessoas que mais conhecem tributação na Constituinte, mas possuem apenas a experiência de serem governo e não da de meros contribuintes."

Ele contestou também o voto aos 16 anos: "Se nessa idade um menor ainda é inimputável e nem pode se casar sem licença do pai ou autorização judiciária, como é que ele vai poder escolher os governantes do país?"

O direito irrestrito de greve deverá ser outro alvo do *Centrão*. "Mesmo a constituição espanhola, uma das mais liberais do mundo, diz que os trabalhadores só poderão fazer greve em defesa dos seus interesses. Aqui, com essa liberdade, eles poderão ir à greve para protestar contra o congelamento da UR ou contra um acordo do Brasil com o FMI. O que eles têm a ver com isso?", acha o deputado Paes Landim.